

MANIFESTO

“UM GUIÃO PARA RESISTIR”

Em defesa da identidade e do papel formativo das disciplinas curriculares do Ensino Básico e Secundário
Em defesa de uma educação integral para todos os alunos
Pela dignificação do estatuto profissional docente
Por uma escola pública exigente e de qualidade

O projeto de Decreto-Lei elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) que estabelece a revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário, conjugado com o Despacho Normativo n.º 13-A/2012 e o Despacho N.º 5634-F/2012, integra um conjunto de medidas que, a serem levadas a cabo, atingem com grave impacto o lugar e finalidades educativas e sociais das disciplinas no currículo do ensino básico e secundário, a estabilidade profissional dos professores e a escola pública em geral, que conseguiu avanços extraordinários nos últimos 38 anos.

Ao estabelecer uma mudança radical que agrava questões pedagógicas, quer através da alteração dos tempos escolares dedicados à educação visual e tecnológica, à educação tecnológica, à educação física, ao desporto escolar, à formação cívica, reforçando a ideia de disciplinas “estruturantes” – Português e Matemática, e disciplinas “menores”, quer pela diminuição global de horas curriculares que visam única e obsessivamente a redução do número de professores ao serviço da escola pública em Portugal.

Estas medidas, conjugadas com outras: a criação de mega agrupamentos, meras entidades administrativas sem sentido pedagógico; a constituição de turmas com 30 alunos, que apenas restringe a capacidade de um ensino mais personalizado e potencia a indisciplina; o reforço do poder arbitrário do diretor com atribuições sem qualquer controlo democrático, produzirão uma redução média de cerca de 20% dos horários dos professores, ou seja, cerca de 25.000 docentes.

A pretexto da emergência de soluções financeiras, que os financeiros criaram, estão a ser tomadas medidas que se traduzem pelo desrespeito da Lei de Bases do Sistema Educativo, do Estatuto da Carreira Docente num retrocesso do objetivo da Educação Integral para Todos.

Efetivamente, uma alteração descontrolada na configuração curricular das disciplinas e áreas disciplinares representa um enorme retrocesso relativamente ao desenvolvimento que a educação integral para todos, uma das razões de ser da escola pública, que exige o desenvolvimento de todas as literacias capazes de promover o desenvolvimento das potencialidades do ser que habita a criança, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento das competências necessárias para uma cidadania ativa e empenhada.

Engolido pelo abismo da subjetividade, o MEC fechou-se na sua própria prisão. Esqueceu-se ou ocultou mesmo os instrumentos com que trabalha e as consequências da sua utilização. Os instrumentos da produção, as brancas folhas de papel suave, a tinta que nelas se aplica e as canetas que oficializam os despachos não fazem parte do ato de produção.

É alarmante que a escola pública pretenda retirar ou reduzir do currículo do aluno áreas nucleares de aquisição de conhecimento que permitam estruturar novos saberes através das literacias artísticas e tecnológicas conducentes ao consumo consciente, crítico e equilibrado.

O processo desencadeado para estas mudanças nem sequer considerou a continuidade pedagógica dos alunos que iniciam os ciclos de estudo, consubstanciando um paradigma educativo divergente para os alunos que agora frequentam o 5º, 7º e o 10º ano de escolaridade, que seriam confrontados com mudanças curriculares no decurso de um ciclo de estudos.

Os professores presentes no ENCONTRO DE PROFESSORES realizado na cidade de Santa Maria da Feira, oriundos de todo o país, de escolas do ensino público e também privado e cooperativo, assumem o compromisso de honra de lutar intransigentemente pela equidade das aprendizagens na escola pública, a excelência do ensino em Portugal, a valorização do património material das escolas, a valorização dos recursos humanos, dos milhares de professores com excelente formação que o Ministério da Educação e Ciência teima em dispensar e a emergente necessidade de dar resposta aos problemas da sociedade portuguesa. Assim, pretende-se a:

- SUSPENSÃO do projeto de Decreto-lei elaborado pelo MEC que estabelece a revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário, conjugado com o Despacho Normativo n.º 13-A/2012 e o Despacho N.º 5634-F/2012, dando lugar a um debate que crie um novo Decreto que garanta uma Educação integral para todos, tal como prevê a Constituição da República Portuguesa;
- REDEFINIÇÃO critérios de constituição dos mega agrupamentos, evitando-se a desumanização e intranquilidade do ambiente escolar;
- CONCERTAÇÃO do estatuto profissional dos docentes contratados e formas de vinculação ao sistema, uma vez enquadradas nos pressupostos internacionalmente estabelecidos sobre contratação laboral.

Os professores presentes, materializando o seu compromisso, colocam-se à disposição e mandatam as ESTRUTURAS SINDICAIS, as ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS, os MOVIMENTOS DE PROFESSORES, para promoverem, em torno das pretensões enunciadas, uma reunião de trabalho no sentido de perspetivar uma AÇÃO DE RESISTÊNCIA, com carácter de urgência, “Em Defesa da Escola Pública Em Portugal”.